



PERSEGUIÇÃO - PÁGINA 3

Servidores enfrentam truculência e covardia dos Poderes Legislativo e Executivo contra a Reforma da Previdência

Reforma da Previdência Estadual coloca R\$ 400 milhões na mão do governador Reinaldo Azambuja



Os deputados estaduais aprovaram o projeto de lei 253/2017, de autoria do Governo do Estado, que mudou o sistema da previdência estadual. Com isso, os parlamentares colocaram na mão do governador Reinaldo Azambuja (PSDB) quase R\$ 400 milhões, do fundo de previdência dos servidores públicos. A votação foi marcada por uma violenta repressão do Batalhão de Choque da PM aos servidores que protestavam contra a votação do projeto. O presidente da Casa de Leis Junior Mochi (PMDB), e o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), determinaram a montagem de um severo aparato de segurança que incluiu a utilização de várias unidades da PM, como o Batalhão de Choque, a cavalaria, além de unidades do policiamento tático. Detectores de metais também foram usados na revista dos servidores que foram autorizados a entrar na Assembleia Legislativa.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul – CASSEMS, através de seu Presidente, em conformidade com o que dispõe o art. 22, § 2º do Estatuto, no uso de suas atribuições, **CONVOCA** os Associados Titulares, Participantes e Patrocinadoras (art. 6º, I, II e III) para **Assembleia Geral Extraordinária** a realizar-se no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camilo, Palácio Popular da Cultura, na Avenida Waldir dos Santos Pereira, s/nº, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, no dia **07 de dezembro de 2017**, com início às 14:00 horas, com a seguinte ordem do dia:

- I- Análise do Cenário da Saúde Suplementar no Brasil;
- II- Análise e votação de proposta de modelo contributivo do Plano de Saúde CASSEMS, com alteração do artigo 8º do Estatuto;
- III- Análise e votação de alteração do artigo 7º do Estatuto e alterações ou inclusões decorrentes;

De acordo § 4º do artigo 22 do Estatuto, só terão direito a voto os Associados Titulares sem débitos com a CASSEMS e com a situação cadastral regularizada até a data da Assembleia.

Nos termos do artigo 22 do Estatuto a Assembleia Geral é o órgão soberano de representação dos Associados Titulares e as deliberações por maioria simples sujeitam a todos os beneficiários.

Campo Grande/MS, em 27 de novembro de 2017.

Ricardo Ayache
Presidente

INFORME PUBLICITÁRIO

BALAS DE BORRACHA, GÁS DE PIMENTA, CAVALARIA E CACHORROS DERRUBAM A MÁSCARA DO GOVERNADOR REINALDO AZAMBUJA

A violenta repressão capitaneada por **REINALDO AZAMBUJA (PSDB)** contra os/as **TRABALHADORES/AS** no dia 28/11/2017, durante a votação do pacote de **DESMONTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL** dos/as servidores/as na Assembleia Legislativa, demonstra o completo descompromisso do atual governador com aqueles que efetivamente constroem o Estado de Mato Grosso do Sul.

O governador, na **BALA** e na **BORDOADA**, com o apoio de 13 deputados covardes, conseguiu aprovar seu pacote de maldades previdenciárias.

A previdência dos/as servidores/as não se encontra quebrada e, se tem alguma dificuldade não é por culpa dos/as servidores/as estaduais, mas por culpa dos governantes, dentre eles **REINALDO AZAMBUJA (PSDB)**.

O atual governo não tem coragem de enfrentar os empresários cortando as polpudas isenções fiscais de toda e qualquer ordem, mas, sabe enfrentar os/as servidores/as com **TROPA DE CHOQUE** e **CACHORROS ROTWAILER**.

REINALDO AZAMBUJA (PSDB), ao colocar a truculência policial contra os/as servidores/as, replicou mais uma vez o velho e bom bordão dos tiranos de plantão: **Seja forte com os fracos para esconder o fato de que se é fraco com os fortes**.

A **FETEMS**, desde que o governo começou a alardear uma pretensa crise fiscal, elencou uma série de medidas que cortam privilégios dos grandes empresários e apaniguados políticos.

Até a presente data só foi proposto pelo governador **REINALDO AZAMBUJA (PSDB)** medidas contra os/as servidores/as estaduais. Contra os empresários privilegiados pelo seu governo nada de sacrifício.

Os apaniguados, que não são pouco e só aumentam, no governo **REINALDO AZAMBUJA (PSDB)** continuam se beneficiando do Estado em detrimento de quem efetivamente trabalha pela população.

O abandono de setores essenciais à população no governo **REINALDO AZAMBUJA (PSDB)** contrasta com a manutenção dos privilégios dados a empresários e políticos aliados.

O fim do **FUNDO PREVIDENCIÁRIO**, para que este governo faça caixa ao longo do ano de 2018 às custas dos/as servidores/as nos revela uma triste realidade no governo **REINALDO AZAMBUJA (PSDB)**: **"Dane-se o futuro da previdência social"**.

O discurso de planejamento, meritocracia e contrato de gestão era apenas uma cortina de fumaça, uma máscara, para esconder um governo desorganizado, fisiológico e patrimonialista que ele tanto criticou entre sua candidatura e sua posse.

REINALDO AZAMBUJA (PSDB) entrou, no dia 28/11/2017, para nossa triste história: **"É o primeiro governador do Estado a colocar a tropa de choque armada, acompanhada de cachorros e cavalos de ataque e disparando balas dentro da Assembleia Legislativa, para garantir uma votação que somente atendia a seus interesses."**

Ganhou a votação, mas ganhou também definitivamente a imagem de tirano e truculento, que nenhuma máscara e bom moço vai mais conseguir esconder.

Finalmente o slogan da campanha de **REINALDO AZAMBUJA** em 2014, **MUDANÇA DE VERDADE**, se revelou falso.

O governo **REINALDO AZAMBUJA** não é governo de **MUDANÇA** e muito menos comprometido com a **VERDADE**.

A **MUDANÇA** e a **VERDADE** não precisam de cachorros, cavalos, bala de borracha, gás de pimenta e tropa de choque para se estabelecerem.

A **FETEMS** e os/as trabalhadores/as de Educação vão continuar lutando para que tiranos e déspotas deste porte tenham vida curta em nossa vida política. Ao governador **REINALDO AZAMBUJA** deixamos nosso recado claro e transparente:

"Não há cachorros, cavalos, balas de borracha, gás de pimenta e truculência policial que vai conseguir calar a FETEMS, os/as trabalhadores/as em Educação e os/as demais servidores/as públicos diante de tamanha TRUCULÊNCIA e COVARDIA."

FETEMS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

74 SIMTEDs afiliados

FILIADA À

CUT CNE DICESE

CNPJ 03.995.297/0001-60

INFORME PUBLICITÁRIO

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL

A **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE**, entidade representativa dos profissionais do setor público da educação básica brasileira, torna público o seu **REPÚDIO ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e à sua Assembleia Legislativa** que, no dia 28 de novembro, sob uma violência descomunal perpetrada contra os trabalhadores, fizeram aprovar uma Reforma da Previdência estadual.

Sob a falsa alegação de que é necessário combater um suposto déficit na previdência estadual, o governador de Mato Grosso do Sul Reinaldo Azambuja, do PSDB, reproduziu no Estado o pacote de maldades do governo federal, replicando para dentro de sua gestão governamental os mesmos preceitos da proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo governo golpista e corrupto de Michel Temer, que ataca solenemente o direito à aposentadoria dos trabalhadores do setor público e do privado.

O projeto aprovado pelos deputados estaduais no dia 28 de novembro, impactará na vida de mais de 70 mil funcionários públicos, entre ativos, aposentados e pensionistas e, a exemplo da proposta de reforma sugerida pelo governo federal, segue na mesma direção de aumentar a alíquota de contribuição dos servidores e de impor ao conjunto dos trabalhadores públicos do Estado uma Previdência Complementar privada.

É claro que o ambiente pernicioso a qual o Brasil foi submetido desde o golpe parlamentar/jurídico/midiático sofrido em 2016 fornece a todos os entes da Federação o mau exemplo de como se deve fazer para maltratar os trabalhadores. O argumento usado pelo governo tucano de Mato Grosso do Sul repisa a cantilena de que é necessário reduzir o déficit da previdência estadual. Não é de hoje que os/as educadores/as do Estado exigem uma investigação para se apurar esse alarmado déficit. O que se sabe, no entanto, é que o governo do Estado insiste e aposta na falta de transparência.

É por isso que os/as educadores/as brasileiros/as apoiam de forma veemente a luta dos/as trabalhadores/as em educação do Estado do Mato Grosso do Sul que, no dia de hoje, em mais uma demonstração de unidade e força, ocuparam a Assembleia Legislativa do Estado para tentar impedir a votação desse malfadado projeto. Não foi possível, infelizmente. **A avalanche na retirada de direitos não constrange mais aqueles que se dizem representantes do povo.** E não constrange porque eles representam somente a si mesmos e aos interesses de quem os financiou em campanha ou financia no mandato. Repudiamos a aprovação desse projeto e não nos furtaremos em tornar público, por todos os meios necessários, a identidade daqueles que traíram o povo sul-mato-grossense.

Brasília, 28 de novembro de 2017
Diretoria Executiva da CNTE

CNTE

Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação

CNPJ 03.995.297/0001-60

Servidores enfrentam truculência e covardia dos Poderes Legislativo e Executivo contra a Reforma da Previdência

II Uma batalha em defesa dos direitos. Assim pode ser definida a luta dos servidores públicos estaduais na manhã de terça-feira (28), na Assembleia Legislativa de MS. Desde as primeiras horas do dia, professores, administrativos da educação, servidores da saúde, segurança pública, autarquias e fundações se juntavam em frente ao prédio do Poder Legislativo a fim de protestar contra a Reforma da Previdência Estadual que seria votada na Casa de Leis.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Num claro sinal de desprezo à democracia e o livre direito de manifestação, o Governo do Estado e Assembleia sitiaram a sede Legislativa, impedindo que os servidores entrassem para acompanhar a votação. Foram horas de negociação, até que presidentes de sindicatos foram liberados para se juntar aos trabalhadores que dormiram dentro da Assembleia para garantir seu direito de acompanhar a sessão.

“O que está acontecendo aqui, hoje, é um absurdo! Impedir que os servidores exerçam o direito de defender a previdência é inaceitável em um país democrático. Esse governo do Estado, além de não dialogar



com os servidores, ainda está atentando contra o nosso patrimônio. O dinheiro da previdência é um saque ao nosso patrimônio. Tudo está errado. Começou errado e está terminando ainda mais errado”, protestou o presidente da ACP, Lucílio Souza Nobre.

O clima de guerra provocou indignação nos trabalhadores. “Nós estamos cercados pela polícia, pela tropa de choque, tem cavalaria aqui, quem entrou na Assembleia foi revistado. Esse é o modo como o governo do Estado e os representantes do povo sul-mato-grossense tratam os trabalhadores de MS. Mas isso não vai nos derrubar. Nós somos de luta e temos memória. Quem hoje vota contra os trabalhadores não será esquecido por nós. E ano que vem tem eleição”, afirmou a vice-presidente da ACP, Zélia Aguiar.

Momentos antes de iniciar a sessão e diante

da impossibilidade de acompanhar a votação que mudaria o destino de suas carreiras, os servidores que estavam do lado de fora romperam as barreiras, enfrentaram a truculência policial que avançou sobre os manifestantes com gás de pimenta, cavalos, cachorros e cassetetes, e invadiram a Assembleia Legislativa.

“Essa Casa é do povo! A previdência é nossa. Não podem nos impedir de defender nossos direitos”, conclamou o secretário de formação sindical da ACP, GilvanoBronzoni.

Sob gritos de protesto de milhares de servidores estaduais, diante do apelo da comissão do Fórum dos Servidores de MS que munida de números e avaliações do Conprev MS e outras fontes, reivindicava o arquivamento do Projeto e a abertura do diálogo com as categorias, ainda assim os deputados Estaduais aprovaram, por 13 votos a 7, a Reforma da Previdência.



Nota de Repúdio

A ACP – Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública repudia a postura antidemocrática, covarde e truculenta dos poderes Legislativo e Executivo de Mato Grosso do Sul, diante dos servidores públicos que manifestavam-se contra a Reforma da Previdência na Assembleia Legislativa de MS, na terça-feira (28/11).

Em total demonstração de desprezo à liberdade de manifestação e ao Estado democrático, as autoridades de MS sitiaram a Casa Legislativa, usaram excessiva força policial contra trabalhadores que estavam munidos apenas com o vigor dos que lutam para defender seus direitos.

Atacar professores e demais servidores públicos com gás de pimenta, cavalaria, cassetetes e cachorros é, no mínimo, desrespeitoso. Tal atitude evidencia o DNA opressor do partido que ocupa, hoje, o governo do Estado de MS. Não se pode dizer que essa foi uma ação isolada. Em 2016, o governador do Paraná, correligionário de Reinaldo Azambuja, promoveu uma caça-às-bruxas, num cenário de guerra e barbárie contra os professores do referido Estado.

Este é o perfil do atual governo de MS: antidemocrático, destruidor de direitos, sem compromisso com os trabalhadores, usurpador da previdência, que é patrimônio dos servidores públicos.

Sob gritos de protesto de milhares de servidores estaduais, diante do apelo da comissão do Fórum dos Servidores de MS que, munida de números e avaliações do Conprev MS e outras fontes, reivindicava o arquivamento do Projeto e a abertura do diálogo com as categorias, ainda assim os deputados Estaduais aprovaram, por 13 votos a 7, a Reforma da Previdência. A ACP, juntamente com as demais categorias de servidores públicos, se manterá firme contra a retirada de direitos. Nossa luta não para!



Só papo: Reinaldo enterra Tereré com o Governador

II Com promessa de valorização do servidor público durante a campanha, o governo de Reinaldo Azambuja (PSDB) desdenhou o funcionário desde a primeira conversa sobre reajuste e, como nunca antes, deixou os servidores sem ganho real já há três anos.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Logo após ser eleito, prometeu o Tereré com o Governador, para estabelecer diálogo permanente com todas as categorias de servidores.

“Durante a campanha vimos categorias desmotivadas justamente por falta de conversa e sem condições adequadas de trabalho. No interior vi delegacias caindo na cabeça de policiais e sabemos que existem categorias com baixo efetivo, sem estrutura e jornada de trabalho que não é compatível. Vamos discutir essas mudanças”, chegou a declarar Azambuja na época.

Passados três anos de gestão, somente agora programou-se para destinar a maior parte da verba pública de 2018 para a previdência, mais de R\$ 2 bilhões, sem nem especificar como será feita a gestão deste recurso e colocou o projeto de reforma da previdência estadual para tramitar e ser aprovado na Assem-

bleia, desarranjando todas as conquistas feitas pelos funcionários nos últimos anos.

Neste ano, ainda, o governo começou a sofrer a sua maior derrocada, envolto nas denúncias dos irmãos Wesley e Joesley Batista, da JBS, que colocaram Reinaldo no olho do furacão. Amigo próximo de Ivanildo Miranda, Azambuja amarga ainda a delação premiada que o empresário, coordenador de campanha de André Puccinelli, fez em acordo com a Polícia Federal. Sob sigilo, os sul-mato-grossenses ainda não sabem onde a íntegra da delação pode comprometer Reinaldo. Na delação da JBS, ficou registrado o uso de caixa 2 pelo tucano, fato que gerou denúncia no STJ, devido ao foro privilegiado.

PREVIDÊNCIA

Os coordenadores do Fórum de Servidores, que representam os mais de 70 mil funcionários públicos do Estado, conseguiram adiar a votação do projeto em uma semana, mas fechado ao diálogo, o governo conseguiu emplacar a que é considerada maior perda: a junção dos fundos de previdência. Na manifestação, o plenário da Casa foi ocupado pelos servidores, que jogaram cédulas de notas ‘falsas’ nos deputados.

De acordo com os representantes, que se mobilizaram durante todos os dias em uma invasão histórica



‘Suplicamos ao presidente (Mochi) e olha o que passamos, esse constrangimento, sendo atacados com bombas’, disse Mônaco

ao plenário da Casa de Leis, a união dos fundos previdenciários de antes de 2012, que é deficitário em cerca de R\$ 80 milhões ao mês antes deste prazo é prejudicial.

Os sindicalistas afirmam que a unificação dos fundos previdenciários, sendo que o criado em 2012 apresenta um superávit de R\$ 377 milhões, é inviável, e que no prazo máximo de cinco meses ambos se tornariam deficitários. Eles também aprovaram que o aumento de alíquota incidida só para servidores que recebem acima do teto da previdência, R\$ 5,5 mil.

Isso porque a estratégia do Governo em aprovar a reforma da Previdência no

afogadilho, sem ampla discussão, revela o desespero do governador, que não tem dinheiro para pagar o 13º dos 75 mil servidores públicos estaduais. Ele planeja sacar a verba milionária do fundo do MSPrev, criado após 2012 para pôr fim aos déficits no pagamento de aposentadorias e pensões.

Além disso, Reinaldo deixou de repassar R\$ 18 milhões referentes aos repasses previstos em outubro, novembro, dezembro e 13º salário. Outros R\$ 11,6 milhões não foram repassados em janeiro e fevereiro para o MS Prev.

Segundo o presidente do conselho, Francisco Carlos de Assis, ao somar os

meses de março e abril, o débito da administração estadual com o fundo chega a R\$ 34 milhões. Atualmente, o déficit previdenciário de Mato Grosso do Sul está em R\$ 1 bilhão e o montante cresce 20% a cada ano, sem contar os R\$ 34 milhões utilizados pela gestão tucana para pagar fornecedores e o próprio salários dos servidores.

Das 26 emendas apresentadas ao projeto, só duas foram rejeitadas, ambas de autoria de Cabo Almi (PT) que, segundo o presidente da CCJ, deputado Beto Pereira (PSDB), mudavam a essência da proposta, que agora prevê o escalonamento do aumento da alíquota.

Os deputados aprovaram aumento escalonado da alíquota de contribuição da previdência, que em 2018 será de 12% (do salário bruto do servidor), chegando a 13% em 2019, e 14% em 2020. Os aumentos ocorrerão sempre no mês de maior arrecadação. Já a contribuição patronal será de 24% em 2018 e 25% em 2019.

Os servidores não foram recebidos pelo governo de Reinaldo para discutir a reforma da previdência. Os deputados estaduais se reuniram a portas fechadas, junto com o secretário estadual de Governo, Eduardo Riedel (PSDB). Do lado de fora, cerca de mil pessoas lotaram as dependências da Casa.

...or e aprova Reforma da Previdência dos Servidores

Mudanças

Haverá, já a partir de 2018, aumento da alíquota de 11% para 14% somente para servidores que recebem acima do teto da previdência, o equivalente a R\$ 5.531,00.

Números da SAD (Secretaria de Estado de Administração), dão conta que 75% dos servidores, cerca de 75% do total de funcionários do Estado, não sofrerão reajuste na contribuição previdenciária.

A contribuição patronal saltará no próximo ano de 22% para 25% (o projeto inicial previa aporte de 28%).

O deputado Pedro Kemp (PT) explicou que uma das emendas prevê que os três pontos percentuais que aumentaram na contribuição patronal serão destinados para recompor o Fundo Previdenciário.

Havia dois fundos, ou duas massas, como diz o Fórum de Servidores, um criado em 2012, com superávit de quase R\$ 400 milhões, e outro mais antigo, que custeava a maioria das aposentadorias em Mato Grosso do Sul, com déficit mensal na casa dos R\$ 80 milhões. O projeto unificou os fundos.

Além do aporte mensal dos três pontos percentuais, o governo deverá fazer um levantamento dos bens do antigo Previsul (Instituto da Previdência Social de Mato Grosso do Sul) que poderão, também, ser integrados ao fundo previdenciário, chamado de Plano de Previdência Único.



Descaso com servidores

Antes da votação, quando o projeto foi aprovado na CCJR (Comissão de Constituição, Justiça e Redação), uma aposentada reclamou do descaso com os funcionários públicos com o deputado Beto Pereira (PSDB) na Assembleia Legislativa durante manifestação do Fórum dos Servidores. Irritado, o deputado disse que estava aprovando a reforma para que a servidora 'não fosse para um abrigo'.

– A gente estava lá, pedindo voto para você. E o que você está fazendo com a gente hoje? Falando o que para nós? Mentindo descaradamente para nós, Beto! O que você está fazendo com nós, servidores públicos? Aposentados? Demos nossa vida para esse Estado – eu sou servidora da divisão desta porcaria de Estado e sempre estive presente apoiando vocês!

– Estamos garantindo a aposentadoria para a senhora. Para a senhora não ir para um abrigo depois porque não recebeu”, rebateu o tucano.

Os servidores que acompanharam o diálogo ficaram indignados com a grosseria do deputado.

Até o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Jerson Domingos, deixou de lado a neutralidade e a de não falar mais sobre política para atacar a postura do relator da reforma.

“O que esse deputado fez é um absurdo. É imperdoável. Ele destruiu todas as conquistas do funcionalismo público construídas em 2012 por nós com o governo André Puccinelli”, afirmou. Na época, Jerson era o presidente da Assembleia Legislativa. O conselheiro demonstrou claramente o seu inconformismo e a sua insatisfação com o deputado tucano quando declarou: “Só tenho um arrependimento na minha jornada política, que foi pedir voto a Beto Pereira”.

Para Jerson, o parlamentar traiu a confiança do funcionalismo por “destruir um sonho”. O conselheiro disse que Beto “tomou medida impensada e desumana” em retirar benefícios dos servidores da Previdência Estadual.

Votação

Em uma sessão que durou cerca de 25 minutos, os deputados estaduais aprovaram, por 13 votos a 7 a reforma da previdência dos servidores.

Foram favoráveis os deputados Beto Pereira (PSDB), Herculano Borges (SD), Mara Caseiro (PSDB), Paulo Corrêa (PR), Zé Teixeira (DEM), Eduardo Rocha (PMDB), Enelvo Felini (PSDB), Onevan de Matos (PSDB), Rinaldo Modesto (PSDB), Antonieta Amorim (PSDB), George Takimoto (PSDB), Marcio Fernandes (PMDB) e Renato Câmara (PMDB).

Contrários ao projeto votaram os deputados do PT, Amárido Cruz, Pedro Kemp, Cabo Almi e João Grandão, Lídio Lopes (PEN), Coronel David (PSC) e Paulo Siufi (PMDB). Ausentes na sessão, os deputados Felipe Orro (PSDB), Maurício Picarelli (PSDB) e Grazielle Machado (PR).

“Fizemos a nossa parte, tentamos alertar o executivo e o legislativo. Esse projeto carece de legalidade, mas perdemos”, lamentou mm dos representantes do Fórum de Servidores de MS, o tenente Thiago Mônaco, presidente da ABSSMS (Associação Beneficente dos Subtenentes, Sargentos e Oficiais Oriundos do Quadro de Sargentos Policiais e Bombeiros Militares de MS).

Os sindicalistas afirmam que tentaram dialogar com o governo para expor razões contrárias ao projeto, mas não foram ouvidos, e também reclamam da base aliada do governador Reinaldo Azambuja (PSDB), na Assembleia, que não atendeu os pedidos da categoria.

“Suplicamos ao presidente (Júnior Mochi) e olha o que passamos, esse constrangimento, sendo atacados com bombas. O que nos resta é judicializar”, finalizou Mônaco.

Durante a confusão na Casa, um manifestante foi preso pela Polícia Militar.



NOTA DE ESCLARECIMENTO DO FÓRUM DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL

Tendo em vista a aprovação do Projeto de Lei da Reforma da Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul, as entidades que compõem o Fórum dos Servidores, que congrega mais de 70 mil famílias, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos à população.

Ao contrário do que vem apregoando o Governo do Estado, é falsa a informação de que a reforma não provocará nenhum reflexo sobre a sociedade.

Isso porque a partir do momento em que não se resolve o atual e preocupante problema do déficit, a tendência é que este se avolume com o passar dos anos, com o aumento do número de aposentados.

Isso significa concluir que o aporte de recursos do governo para o pagamento das aposentadorias continuará crescendo, o que exigirá a utilização de verbas que poderiam ser aplicadas nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública, dentre outras.

E por que a reforma aprovada na terça-feira passada não solucionou o problema do déficit, se é justamente essa a justificativa para a sua aprovação?

Existem hoje dois fundos previdenciários. Um deles é denominado Plano Financeiro, ao qual alega o governo ter de aportar todos os meses cerca de R\$ 80 milhões para pagar as aposentadorias.

O outro, denominado Plano Previdenciário, tem superávit de 377 milhões, com rendimentos de R\$ 12 milhões mensais, resultado das contribuições obrigatórias e de aplicações financeiras.

Conforme estabelece a legislação, após o quinto ano superavitário, que ocorreria a partir de 2018, o Plano Previdenciário poderia adquirir passivos, ou seja, passaria a comprar as dívidas do Plano Financeiro, até que o seu déficit fosse zerado.

Com a reforma, o que o governo fez? Fundiu os dois planos: o deficitário e o superavitário. Pior ainda: vai utilizar os recursos do Plano Previdenciário para pagar salários e ainda o 13º dos aposentados do Plano Financeiro, que são suas obrigações.

Ao mesmo tempo, ao utilizar o dinheiro do Plano Previdenciário, vai deixar de fazer o alegado aporte de R\$ 80 milhões para cobrir as aposentadorias do Plano Financeiro, que é deficitário, o que significa que os recursos disponíveis – de R\$ 377 milhões – estarão 100% consumidos já em janeiro do ano que vem.

Na prática, vai acontecer o seguinte: a partir de janeiro de 2018, apesar do aumento da alíquota para o funcionalismo, o governo vai continuar aportando recursos para cobrir o déficit da Previdência, agora lastreada em um único plano previdenciário - deficitário.

Aliás, é importante ressaltar que de acordo com o artigo 40 da Constituição Federal, a reforma aprovada na semana passada, com a fusão dos dois planos, só poderia ter sido proposta após alcançado o equilíbrio atuarial, o que não ocorreu.

Por conta disso, o Estado corre o sério risco de não obter a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária, deixando de ter acesso a recursos federais e ao recebimento do Fundo de Participação dos Estados – FPE, o que comprometerá a prestação dos serviços públicos à população.

Mesmo assim, o projeto foi aprovado a toque-de-caixa, sem qualquer diálogo com os servidores e com a sociedade, transformando a Previdência Estadual em uma bomba-relógio.

Portanto, a reforma da Previdência terá reflexos devastadores sobre a sociedade e, nesse sentido, os deputados que a aprovaram serão os grandes responsáveis pelos danos e retrocessos que vierem a ser causados. Buscaremos ainda as medidas judiciais para reverter essa situação.

Campo Grande, 28 de novembro de 2017.



Sem ouvir a voz dos servidores públicos, Assembleia Legislativa aprova Reforma da Previdência Estadual

II Em uma sessão rápida com pauta única, a Assembleia Legislativa aprovou a Reforma da Previdência em Mato Grosso do Sul na terça-feira (28). No total foram 13 deputados que votaram com o governo do Estado, três não compareceram e apenas 7 votaram com os servidores estaduais.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Centenas de servidores públicos atenderam à convocação dos sindicatos e protestaram contra o projeto, mesmo o prédio da Assembleia Legislativa estando cercado com gradis e de policiais militares, inclusive a Tropa de Choque. Diante do cerceamento



Ali havia somente trabalhadores lutando pela sua aposentadoria

do direito de acompanhar a votação, os servidores entraram no prédio, o que causou confusão e os policiais militares entraram em ação. Para o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, não

havia a necessidade do uso de bombas de efeito moral, spray de pimenta e a cavalaria. “Ali havia somente trabalhadores lutando pela sua aposentadoria. Infelizmente, a maioria dos deputados

estaduais não ouviu a voz dos servidores e aprovaram a toque de caixa uma proposta maléfica ao funcionalismo. Vamos continuar na luta, mesmo que judicialmente”, enfatizou.



Nota de Repúdio ao Governo do Estado, ao presidente da Assembleia Legislativa e ao Comandante da Polícia Militar

O Sindicato dos Policiais Civis de MS (Sinpol-MS) vem a público repudiar a ação do Governo do Estado, do presidente da Assembleia Legislativa e do Comandante da Polícia Militar pelos acontecimentos registrados durante a manifestação pacífica dos servidores públicos na terça-feira (28). Ao governo do Estado por ter apresentado uma reforma da previdência de maneira autoritária, sem antes dialogar com os principais prejudicados com as medidas. Ao presidente da Assembleia Legislativa, por ter restringido o acesso dos servidores, mesmo tendo sido avisado que tal prática poderia fomentar um tumulto. Ao Comandante da Polícia Militar, que agiu de forma abrupta contra trabalhadores que protestavam de forma pacífica, portanto não sendo necessário que armas letais fossem empunhadas. Vale ressaltar que dezenas de policiais civis também estavam no local protestando, mas por terem

bom senso não confrontaram, zelando pela segurança dos demais manifestantes. O Sinpol-MS, como entidade que há 26 anos defende os direitos dos policiais civis, continuará sua luta mesmo diante das adversidades, pelo objetivo maior de um Estado mais democrático para toda a sociedade sul-mato-grossense.



ASPRA-MS encerra o 1º torneio integração de futebol Society

Diniz Foto

II A Associação dos Praças da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar de MS (ASPRA-MS), por meio de sua Diretoria de Eventos e Atividades Sociais, encerrou no último domingo (26) o “1º torneio de futebol Society de integração”, realizado entre policiais e bombeiros militares de Mato Grosso do Sul.



O torneio contou com a participação de 11 equipes; o 9º BPM foi o grande vencedor da competição

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O evento esportivo contou com a participação de 11 equipes de MS, tendo o 9º BPM como o vencedor da competição, já em segundo lugar ficou a equipe do 1º CIPM Bonito e em terceiro lugar ABSS/QCG. Houve também premiação em

categorias especiais, que teve como vencedores o CB PM Magno do 9º BPM (goleiro menos vazado), SGT Bonevente do 9º BPM (artilheiro) e o TC PM Monari do 9º BPM (melhor técnico). Além disso, o torneio contou com uma partida especial de futebol feminino entre

PM X PC, onde a PM ganhou de 2 a 0.

Rafael Ribeiro, porta-voz da ASPRA-MS, explica que o objetivo deste torneio esportivo foi o de promover o bem-estar e a integração dos associados, familiares e comunidade local. “Que-

riamos promover o lazer e o desporto entre os participantes, fortalecer a integração dos militares estaduais e despertar o interesse na prática de atividades físicas que possam contribuir com a saúde e qualidade de vida dos integrantes da nossa associação”, ressaltou.

Os exercícios físicos associados a uma dieta saudável são um hábito desejável para que todos possam ter uma boa qualidade de vida.

Segundo o Sargento RÔA, Diretor de Eventos e Atividades Sociais da ASPRA/MS, devido ao espírito esportivo, da adesão de várias Unidades, pelos elogios e agradecimentos dispensados à comissão, a intensão é que o Torneio da Integração entre para o calendário anual da Associação. “A prática de esporte, além de trazer vários benefícios do ponto de vista físico, mental e social, ajuda o militar a se livrar se possíveis tensões e preocupações, promove o reencontro de amigos de farda, melhora a autoestima, combate a indisposição, melhora a flexibilidade e o convívio social, ajuda também no combate de doenças que são adquiridas no serviço militar”.

A ASPRA/MS agradece o envolvimento das equipes; 1º BPM, 9º BPM,

1º CIPM/BONITO, 17º BPM-TRAN, 20º BPMGDAE, 14º BPMRV, 10º BPM, ROTAC, ROCAN, SEJUSP e ABSS/QCG, e a todos que direta e indiretamente colaboraram com a realização e sucesso do evento. “Amplifico os agradecimentos à Associação do Oficiais da PMMS na pessoa do seu Presidente, o Cel Alírio Vilassanti, que de forma extraordinária e profícua acreditou e apoiou o projeto de levar desporto, lazer e bem-estar à família PM e BM”, finalizou o Sargento RÔA.

Além de proporcionar momentos de alegria e descontração com amigos e familiares, o evento, que aconteceu entre os dias 28 de outubro a 26 de novembro, contou com a realização de uma ação social para a arrecadação de alimentos com a finalidade de montar cestas básicas, que serão distribuídas, para entidades, famílias e/ou pessoas que estiverem necessitando de apoio social dentro da comunidade local.

Aspra-MS realiza 1º Baile da Garrucha

A Associação dos Praças da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar de MS (Aspra-MS), realiza no dia 09 de dezembro (sábado), o “1º Baile da Garrucha”, que acontecerá no Le Tuqué Buffet, localizado na Rua Barão de Melgaço, nº 177, na região central de Campo Grande (MS), a partir das 20h.

Segundo o porta-voz da Aspra-MS, Rafael Ribeiro, o evento tem como objetivo proporcionar um grande encontro entre amigos. “Este foi um

ano de muito trabalho e de luta, mas também de algumas conquistas. Por isso, vamos encerrar o ano de 2017 com uma grande confraternização entre policiais e bombeiros militares.

O cardápio contará com uma ilha de frio, jantar com salada verde tropical, arroz branco, arroz alla milanese (tipo risoto), escalope ao molho malbec com batatas soute, filé de frango ao molho agridoce, pernil à pururuca com farofa brasileira, rondelle de quatro queijos ao



molho branco, além de sobremesas e bebidas (cerveja, água, refrigerante e água mineral). Os convites para não-sócios estão disponíveis em duas categorias, sendo o individual por R\$ 80,00 e a outra para

casais pelo preço promocional de R\$: 150,00. Para mais informações e compra de convites ligue (67) 3023-7225 ou (67) 9 9235-7028 ou solicite através do e-mail contato@asprams.com.br